



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VIII (2007)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. [Recensão]

João Paulo Oliveira e Costa 

Como Citar | How to Cite

Costa, João Paulo Oliveira e. 2007. «José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. [Recensão]». *Anais de História de Além-Mar* VIII: 400-406. <https://doi.org/10.57759/aham2007.37706>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2007. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2007. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

clima de opinião típico da ilustração europeia e possibilita a inserção da América portuguesa no ambiente da ilustração; o viés nacionalista português por detrás do pensamento ilustrado luso-brasileiro.

Resta-me acrescentar a importância da obra, não apenas como uma interpretação original que abarca o universo das relações sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, mas como uma abordagem completa sobre o conjunto de uma época. Assim, a riqueza das informações apresentadas e a segurança de suas interpretações acerca do tema configuram-se como elementos fundamentais que nos auxiliam na compreensão total das complexidades e paradoxos do período compreendido pela historiografia como o de crise do antigo sistema colonial.

Assim, a obra apresenta-se como uma referência importante dentro da historiografia que privilegia a história das ciências no âmbito do Império colonial português em fins do século XVIII e inícios do século XIX, pois analisa, através da produção científica de José Bonifácio, o pensamento de um importante naturalista e homem público do período, mostrando o *clima de opinião* vigente entre a intelectualidade luso-brasileira à época da Ilustração e do reformismo ilustrado português.

THÁBATA ARAÚJO DE ALVARENGA

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo
Professora Titular do Centro Universitário Newton Pai, BH/MG

José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Reputado estudioso da História da Igreja e do pensamento religioso na época moderna, José Pedro Paiva brindou-nos recentemente com mais uma obra de qualidade, desta feita em torno do perfil sócio-político do episcopado português desde o reinado de D. Manuel I até ao final do governo de D. José. O autor vem, assim, colmatar uma lacuna da historiografia portuguesa, pois embora seja conhecida a acção de vários prelados dos séculos XVI a XVIII¹ e existam muitos estudos que analisam diversas actividades

¹ São raros os estudos biográficos sistemáticos sobre prelados deste período, embora existam muitos estudos parcelares, as mais das vezes dispersos por revistas e livros de actas de congressos. Uma das figuras mais estudadas é, certamente, frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (1559-1581), que mereceu, aliás, estudos biográficos logo a seguir à sua morte. Dentre as muitas obras existentes, citem-se, como exemplo, *IV Centenário da Morte de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires: Actas do Colóquio Comemorativo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1990; Aníbal Pinto de Castro, *Fra Bartolomao dei Martiri, un vescovo tridentino per la modernità*, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires um bispo tridentino para a Modernidade, Roma – Coimbra, 1999. Outro prelado bracarense, mas com um percurso oriental prévio, que tem sido muito estudado é D. Fr. Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa (1595-1612) e de Braga (1612-1617), quicá pela sua acção determinante na subordinação da cristandade siro-malabar à tutela romana, por via do Sínodo de Diamper (1599). Para lá de muitos estudos parcelares, veja-se Carlos Alonso, *Alejo de Meneses O.S.A. (1559-1617): arzobispo de Goa (1595-1612)*, Valladolid, *Estudio Agustiniiano*, 1992. Outro prelado ultramarino estudado de forma sistemática foi D. Luís Cerqueira, que governou a diocese japonesa entre 1598 e 1614. Cf. Inácia Rumiko Kataoka, *A Vida e a Acção Pastoral de D. Luís Cerqueira S.J., Bispo do Japão (1598-1614)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997; João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998 (dissertação de doutoramento – texto policopiado).

sectoriais da Igreja², pouco ou nada se tinha feito sobre a definição do corpo episcopal português na Idade Moderna, para lá das pequenas notas biográficas sistemáticas produzidas por Fortunato de Almeida³.

Neste trabalho de grande fôlego, José Pedro Paiva apresenta-nos o resultado de um vasto estudo prosopográfico sobre 386 indivíduos que receberam 505 provimentos para os bispados do Reino e do Império no período em apreço, completado no final com uma série de listas dos prelados por dioceses (pp. 577-596), que são extremamente úteis e que constituem excelente instrumento de trabalho. Ao autor interessaram somente as nomeações régias de titulares de dioceses que foram confirmadas pela Santa Sé (p. 11), pelo que ficaram de fora os indivíduos recusados pelo Papado, bem como as nomeações de coadjutores, que o autor considera serem raras e quase só se aplicarem ao Ultramar, onde se corria maior risco de que as mitras ficassem vagas por períodos muito longos (p. 346).

Embora seja indiscutível que o universo seleccionado é suficiente para a definição da tese que sustenta este estudo, parece-me que, em condições ideais teria sido preferível acrescentar os indivíduos excluídos, a que se juntariam ainda alguns «bispos de anel», como foi o caso dos primeiros prelados que visitaram o Oriente, antes da criação do bispado de Goa⁴. No que respeita às nomeações vetadas pela Santa Sé, seria interessante saber se esses candidatos preenchiam o mesmo modelo sócio-político dos que foram aceites. Tendo em conta que, em princípio, a sua indigitação pela Coroa representava uma vontade genuína dos monarcas em colocarem tais pessoas nas mitras para que as propunham a sua inclusão na análise daria ainda mais coerência ao trabalho, não a propósito do corpo episcopal que governou a Igreja, mas no que respeita ao modelo de escolha dos prelados. No caso dos coadjutores passa-se o mesmo, pois os nomeados para essa posição subalterna tinham por destino final, em regra, a ocupação de sedes episcopais⁵. Por isso, ficam-me dúvidas que seja correcto considerar os casos dos coadjutores como tipologicamente diferentes dos dos bispos titulares, embora não tenha a menor dúvida sobre a pertinência e a correcção das conclusões finais desta obra.

² A melhor síntese para o período em causa encontra-se, sem dúvida, no volume 2 da *História Religiosa de Portugal – Humanismos e Reformas* (cord. de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), Lisboa, *Círculo de Leitores*, 2000.

³ Cf. Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Porto, 1967-1971, vol. 2, pp. 597-718; vol. 3, pp. 483-647.

⁴ A cronística e a documentação avulsa não nos deixaram muitas informações sobre os prelados que andaram pela Índia nas décadas de 20 e de 30 do século XVI e as escassas notícias disponíveis suscitam dúvidas quanto à identificação desses bispos bem como no que respeita à sua actividade (Cf., por exemplo, Benno Biermann, O.P., «Der erste Bischof in Ost-Indien, fray Duarte Nunes O.P.», in *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, vol. 9, 1953, pp. 81-90; A. da Silva Rego, *História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, vol. 1 (1500-1542), Lisboa, *Agência Geral das Colónias*, 1949, pp. 294-303). No entanto, tudo indica que esses bispos se encaixam perfeitamente no modelo definido por José Pedro Paiva. Tive ocasião de estudar recentemente, o caso de D. Duarte Nunes, e de notar que este prelado se ajusta ao perfil característico dos futuros bispos ultramarinos, no que respeita à sua origem social e institucional, mas que, ao mesmo tempo, ambicionava alcançar a proeminência e o estatuto próprio dos bispos da época (quando só havia prelados no Reino) e que se movimentava na corte através de relações clientelares, tendo por patrono António Carneiro, o secretário do rei D. Manuel I (cf. o meu estudo *D. Duarte Nunes O.P., o primeiro bispo português na Índia* comunicação apresentada ao Congresso Internacional *Os Dominicanos em Portugal* – Porto, 14 a 16 de Dezembro de 2006 – volume de actas no prelo).

⁵ É seguramente o caso de D. Luís Cerqueira, que partiu para o Oriente, em 1594, como coadjutor e sucessor de D. Pedro Martins, bispo do Japão, e cuja personalidade e filiação institucional, bem como o processo de selecção e de nomeação se encaixam perfeitamente no modelo delineado por José Pedro Paiva.

Através deste estudo, o autor procurou responder principalmente a uma questão: «como se processava o mecanismo da escolha dos bispos» (p. 7), sabendo que se tratava de uma «minoria selecta», uma «elite poderosa» (p. 11) e que os prelados eram «maioritariamente agentes eclesiásticos com fortíssimas vinculações aos interesses dos monarcas» (p. 13). Cobrindo sistematicamente um período longo de quase três séculos, José Pedro Paiva cumpriu os propósitos enunciados na introdução e apresenta-nos um modelo convincente dos vários perfis dos prelados portugueses da Época Moderna.

O autor debruça-se, em primeiro lugar, sobre o processo de provimento episcopal, o que é decisivo para a determinação do início do estudo – situa-o no reinado de D. Manuel I, por ter sido então que se consumou o direito da Coroa portuguesa a escolher os bispos dos seus domínios, facto reconhecido formalmente pela Santa Sé em 1503 (p. 42), e que o *Venturoso* logrou alargar à nomeação de todos os abades do Reino em 1517 (p. 39)⁶. Como é bem notado pelo autor, esta afirmação do poder régio sobre os episcopados foi o resultado de um longo processo de perda de poder pelos cabidos decorrente, em grande medida, da Crise do Papado dos séculos XIV e XV, pelo que os soberanos portugueses, bem como outros monarcas e príncipes da Cristandade obtiveram privilégios semelhantes por a mesma altura (pp. 44-45) ⁷.

No que respeita à definição do perfil dos prelados importa notar que, no período em apreço, prevaleceu o recrutamento dos bispos do Reino entre os membros da nobreza (p. 237), modelo que estava perfeitamente consolidado na época manuelina (p. 117)⁸ e que persistiu após o Concílio de Trento mesmo que isso obrigasse depois os candidatos pertencentes a esse estrato social a adquirirem formação académica «e outras virtudes» para poderem ser nomeados pelo rei, (p. 235). Com efeito, tal como sucedia noutras monarquias europeias, a concessão do bispado funcionava como uma mercê régia, que era decidida dentro da lógica do poder redistributivo da Coroa. A este propósito, o autor salienta que, muitas vezes, a indigitação implicava que o nomeado renunciasse a benefícios anteriores, que o rei podia redistribuir, num complexo jogo de interesses, em que cada manifestação da graça régia tinha repercussões em cadeia que atingiam outras posições do corpo social que girava em torno do monarca (p. 278). Neste contexto, é bem notado ainda que o demorado processo de selecção de um candidato a uma mitra não era totalmente controlado pelo rei, e que vários dos ministros e conselheiros mais próximos da Coroa conseguiam chamar a si uma parte do poder majestático quando obtinham nomeações episcopais para pessoas da sua esfera particular de influência. No entanto, mesmo nestes casos, a decisão final cabia sempre ao monarca (p. 262), pelo que todos os prelados eram entendidos como criaturas d'el-rei (p. 215).

⁶ O livro não aprofunda, naturalmente, esta questão, relacionada com os abades, mas a referência à obtenção deste privilégio pela Coroa portuguesa durante o reinado do *Venturoso* reforça a razão da escolha da data de início do estudo. Nesta matéria, o trabalho de José Pedro Paiva reforça as considerações gerais sobre o reinado de D. Manuel I que apresentei no meu estudo *D. Manuel I, um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, *Temas & Debates*, 2007.

⁷ José Pedro Paiva nota que já no reinado de D. Afonso V a nomeação dos bispos pelo rei era o «procedimento dominante», lembrando, assim, que o controlo da Igreja pela Coroa já estava em fase bem adiantada por meados da centúria quatrocentista, prosseguindo uma política que se afirmara com clareza durante o reinado de D. João I, como se pode ver por, exemplo, pela obra recente de Maria Helena Coelho, *D. João I*, Lisboa, *Círculo de Leitores*, 2005 (especialmente pp. 207-219).

⁸ O autor salienta ainda que nesta época apenas duas dioceses do Reino contavam com bispos residentes (Coimbra e Porto), demonstrando assim o carácter absentista dos prelados portugueses na época manuelina, em consonância com as tendências gerais da época no seio da Igreja Romana (p. 117).

A análise dos indivíduos que ocuparam as sés do Reino leva-nos ao contacto com as grandes famílias do Reino, pois encontramos frequentemente parentes próximos (irmãos, filhos, sobrinhos) das grandes casas titulares, incluindo as principais como as de Bragança, Aveiro, Vila Real ou Cadaval, e mesmo prelados de sangue real. A nomeação de infantes para os bispados foi inaugurada precisamente por D. Manuel I, que destinou os seus três filhos mais novos para a carreira eclesiástica, o que se consumou, de facto, nos casos dos cardeais D. Afonso e D. Henrique. Mais tarde, D. Pedro II voltou a sentir a necessidade de recorrer à Igreja para assegurar a solvência de seus filhos menores, não lhes tendo atribuído mitras, mas dotando-os «com importante património a partir delas» (pp. 486-487).

O autor mostra-nos também como os bispados entravam na estratégia de poder das grandes famílias, citando o embaixador espanhol em Portugal, em 1675, numa referência à vacância do arcebispado de Lisboa, José Pedro Paiva dá-nos um excelente exemplo do modo como o provimento dos episcopados era um elemento de valorização das casas titulares: «são pretendentes à dignidade o marquês de Gouveia, pelo seu irmão, bispo de Coimbra, e o marquês de Arronches pelo seu, que é capelão-mor da capela do Palácio ...» (p. 449). O caso da diocese lisboeta remete-nos ainda para o facto de que o peso da família era particularmente importante, mesmo indispensável, quando estava em causa a nomeação para as principais dioceses do Reino (p. 245).

José Pedro Paiva mostra-nos ainda que o perfil dos titulares das dioceses do Reino se alterou ao longo do reinado de D. José I, pois, à morte do monarca, em 1777, apenas o patriarca de Lisboa pertencia à 1.^a nobreza e somente 43,4% dos prelados eram originários da nobreza (p. 557). Esta alteração estrutural é precisamente a razão porque o estudo termina no final do governo josefino.

Além de definir este modelo, que não é propriamente uma novidade, mas que agora fica comprovado por um estudo sistemático, que lhe dá um peso científico incontornável, o autor analisa igualmente as políticas individuais de nomeação de prelados protagonizadas pelos reis que ocuparam sucessivamente o trono de Portugal neste período. Trata-se de uma opção importantíssima, que muito enriquece a obra, pois a análise de carácter estruturalista é completada por uma outra que privilegia as conjunturas e a especificidade da personalidade de cada um dos soberanos. O leitor ganha assim uma segunda grelha de análise, ou seja, além de obter, por um lado, as linhas de fundo que condicionaram permanentemente a escolha dos prelados, pode notar também as particularidades das decisões individuais dos monarcas o que ajuda a compreender as características de cada reinado. Neste caso, parecem-me particularmente interessantes factos como a revelação de que os governos de D. João III a D. Filipe I e o de D. João V (a partir de 1720) correspondem a períodos de maior preocupação religiosa na escolha dos bispos (p. 569), e que D. Henrique não nomeou sequer bispos oriundos da nobreza, contando-se neste caso, não só o tempo em que o cardeal deteve o trono (1578-1580), mas também o período em que exerceu a regência (1562-1568) (pp. 335-336); em contrapartida, os reinados de D. Filipe II e D. Filipe III terão sido dominados pela prevalência dos interesses políticos na nomeação dos prelados (p. 446), pois, diz-nos José Pedro Paiva, estes monarcas optaram pelo «padrão do político e prudente administrador das dioceses do que do bispo pastor» (p. 443); outro dado conjuntural que ressalta desta análise é o do peso da Inquisição no reinado de D. Pedro II e no início do de D. João V, quando a maioria dos novos prelados saía das fileiras do Tribunal do Santo Ofício (pp. 479, 507-509).

Ao terminar a sua análise, o autor tem o cuidado de referir que, apesar da inegável dimensão política de que se revestia o múnus episcopal, e do campo de recrutamento dos bispos ser bastante estreito, muitos dos prelados que governaram as dioceses neste período foram pastores exemplares. Apreciamos aqui, uma vez mais, a capacidade do autor de distinguir planos de análise diferenciados: embora a sua atenção se tenha focalizado nos jogos políticos que enredavam a Igreja em processos pouco ajustados aos prin-

cópios do Evangelho, José Pedro Paiva não toma a nuvem por Juno e salienta que mesmo estes agentes políticos, criaturas d'el-rei, muitas das vezes assumiram seriamente a tarefa que a sociedade lhes confiou e para a qual raramente teriam uma verdadeira vocação.

Ao analisar cronologicamente as nomeações dos bispos portugueses, José Pedro Paiva vai definindo um segundo perfil bem distinto do anterior – o do prelado ultramarino. Embora não domine tão bem a história da Expansão como conhece a do Reino, cometendo por isso ligeiras imprecisões⁹ e equivocando-se acerca da relação entre o Padroado e a Propaganda Fide¹⁰, o autor traça-nos com clareza e autoridade essa outra dinâmica tão diferente da que se verificava nos territórios metropolitanos. Com efeito, a origem social da maioria dos prelados que demandaram as terras do Império era bem

⁹ Detectam-se, de facto, algumas imprecisões na designação ou no enquadramento cronológico de algumas personagens, como a filiação de D. frei António de Sousa O.P. em Martim Afonso de Sousa, governador da Índia (e não vice-rei) (pp. 247 e 379), ou na localização do vice-reinado de Martim Afonso de Castro no tempo de «Filipe IV» (p. 194). Refira-se, a propósito, que as referências aos monarcas da dinastia de Áustria que governaram Portugal entre 1580 e 1640 carecem de uniformização. Também é imprecisa a afirmação de que os bispos enviados para o Oriente até 1690 «nunca lá tinham estado» (p. 480), pois, embora tenha sido o caso mais frequente, conhecem-se várias excepções, nomeadamente o jesuíta D. Pedro Martins era o provincial da Índia, quando recebeu a nomeação como bispo de Funai, em 1592, ou o de D. Fr. António do Rosário, religioso que estava na Índia quando foi nomeado bispo de Malaca, em 1637; além disso, alguns arcebispos de Goa foram antes bispos de Cochim, como foi o caso, no século XVI de D. fr. Henrique de Távora e Brito e de D. Fr. Mateus de Medina. A referência à bula *Apostolicae sedis*, promulgada por Paulo V em 1608, também não é bem explicada, pois o documento pontifício relacionava-se especifica e unicamente com a rivalidade luso-castelhana no Japão, e com a autorização para todos os missionários pudessem trabalhar no Japão, independentemente da sua ligação institucional, não correspondendo, por isso, a uma anulação do «quase monopólio de missionação de que a Coroa desfrutava na Ásia desde 1514» (p. 54) (cf. o meu artigo «A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão», in *O século cristão do Japão. Actas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)* (org. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos), Lisboa, 1994, pp. 477-524).

¹⁰ O autor afirma que face à criação da Congregação da Propaganda Fide, «a tibieza portuguesa ao tempo era tal que foi quase nula a oposição feita ao envio de missionários para o Oriente determinado pela Congregação, mesmo em navios portugueses largados de Lisboa, tentando-se apenas que os evangelizadores não se dirigissem para territórios de dominação política portuguesa» (pp. 54-55). A fonte citada como sustentáculo desta afirmação é um artigo de Caio Boschi, inserido no 2.º volume da *História da Expansão Portuguesa* dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, que, embora contenha imprecisões (nomeadamente a propósito da bula de 1608 citada atrás), reconhece correctamente a prolongada resistência da Coroa portuguesa aos desígnios da congregação da Santa Sé. Com efeito, a atitude dos padres do Padroado Português do Oriente, bem como das autoridades civis do Estado da Índia foi exactamente o oposto ao que é referido no livro, pois uns e outros moveram uma oposição encarniçada tanto aos padres como aos bispos da Propaganda, o que é reconhecido por todos os autores que se debruçam sobre a matéria sejam asiáticos sejam europeus. Basta lembrar as agruras de Mateus de Castro o bispo indiano sagrado por Roma, mas perseguido pelos portugueses, em meados do século XVII, ou o facto de os primeiros bispos da Propaganda terem viajado para a Ásia pelo Próximo Oriente, pois não encontraram navios disponíveis para os transportar pela Rota do Cabo e sabiam que deviam realizar a sua viagem até ao Sião evitando o contacto com os portugueses na medida em que corriam o risco de serem interceptados e aprisionados, mau grado a sua dignidade episcopal. Sobre esta matéria veja-se, por todos, o meu artigo «O fim da hegemonia do Padroado Português do Oriente no século XVII», in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional. Paris 11-13 Maio, 1998*, 3 vols., Lisboa, 1999, vol. 3, pp. 43-57.

menos proeminente que a dos bispos do Reino, sendo raros os que pertenciam à nobreza, apesar da sua inegável importância política.

Como refere o autor, o episcopado foi «uma instância de dominação nas terras do império, onde uma pluriarticulada rede de poderes – flexível e adaptável às especificidades que o tempo e o espaço reclamavam – se auto-controlavam para preservar a *autoritas* suprema do rei» (p. 566). Sendo, pois, a rede diocesana um elemento importantíssimo para a estabilidade e a afirmação do poder ultramarino da Coroa, os respectivos prelados eram, sem dúvida, homens da confiança do rei, à semelhança dos que ocupavam as mitras reinóis. No entanto, o campo de recrutamento destes prelados era outro, mais vasto e praticamente separado do anterior, – «um mercado periférico de mercês» como diz o autor citando Francisco Bethencourt (p. 290). Outros estudos têm demonstrado como a alta nobreza, em regra, foi avessa a servir a Coroa no Império, e as nomeações para os bispados ultramarinos não fugiu a essa lógica. As dioceses de Além-Mar, longínquas e propiciadoras de rendimentos pouco avultados (p. 278) nunca foram disputadas pelas grandes famílias e só raramente foram ocupadas por alguns dos seus membros, tendo sido a maioria dos seus titulares clérigos de origens modestas (p. 450). Nesta matéria, a gestão cuidadosa do papel redistributivo da Coroa fazia-se pela satisfação com equidade dos apetites das ordens religiosas (p. 323). O autor chama a atenção particularmente para os anos posteriores ao reconhecimento da restauração da independência portuguesa pela Santa Sé, em 1668, o que permitiu nomear prelados para todas as dioceses que tinham ficado vagas com o «cuidado em manter equilíbrios entre as ordens» (p. 480). Como é bem notado, o carácter mais permanente da maioria das nomeações para as dioceses ultramarinas, era mais um factor dissuasor, pois no Reino, a nomeação para uma mitra pouco relevante ou com menores rendimentos podia ser apenas o primeiro passo de uma gradual ascensão na hierarquia episcopal. Repare-se, a propósito, que uma das raras excepções de circulação entre o império e o reino ocorreu com D. frei Aleixo de Meneses, neto do conde de Cantanhede, que foi arcebispo de Goa e que veio a terminar a sua carreira como arcebispo de Braga.

Diferente na sua origem social em relação ao Reino, o episcopado ultramarino tinha, em si mesmo, outras especificidades de que a mais relevante e bem notada neste livro é o facto de a maioria dos prelados do Padroado Português do Oriente serem membros das ordens religiosas, enquanto os do Brasil pertencerem maioritariamente ao clero secular (p. 486).

No que respeita ao perfil dos prelados ultramarinos, creio que, no entanto, fica um aspecto interessante por ver de forma sistemática, que é a sua origem geográfica¹¹. Embora o autor note que depois de 1770 foram nomeados clérigos nascidos no Brasil para as dioceses americanas (p. 555) e que um outro foi mesmo apontado para o bispado de Macau (p. 557), fica por avaliar a totalidade dos casos, nomeadamente as escolhas relativas a prelados nascidos no Oriente, de que é exemplo D. Fr. Manuel do Santo António (1660-1734), nativo de Goa que foi bispo titular de Malaca e que governou *in loco* a cristandade timorense no primeiro quartel do século XVIII¹².

* * *

Em conclusão, *Os Bispos de Portugal e do Império* passa a ser uma obra de referência para a História do Portugal Moderno. Em minha opinião, tem como mérito principal

¹¹ Embora a apreciação deste pormenor não altere o modelo traçado por José Pedro Paiva ao longo da sua obra, creio que é um elemento a ter em conta para a formulação do perfil social dos prelados, na medida em que o nascimento fora do Reino era relevante para o posicionamento de um indivíduo, mesmo clérigo, na sociedade colonial.

¹² Sobre este prelado vide Humberto Leitão, *Vinte e oito anos da História de Timor*, Lisboa, 1952.

a definição dos vários modelos de perfil social e institucional que determinaram normalmente as escolhas régias dos titulares das dioceses do Reino e do Império. A este respeito, creio que as ideias apresentadas serão definitivas. Além disso, este livro mostra-nos ainda as especificidades de cada reinado, ajudando-nos a compreender melhor os monarcas que governaram o país entre 1495 e 1777, e tendo sempre o cuidado de mostrar como as opções dos soberanos portugueses se enquadravam nas dinâmicas políticas da Europa de então. Do ponto de vista da História da Expansão Portuguesa, esta obra coloca uma pedra sólida nas bases de um edifício que está por construir, sobretudo no que toca ao funcionamento das dioceses ultramarinas.

Finalmente, uma última palavra para dizer que a leitura deste livro também abre pistas para investigações futuras, que poderão aproveitar os resultados expressos neste livro. Seria interessante, por exemplo, alargar este estudo (inevitavelmente através de uma equipa de investigação) aos cabidos, onde, aparentemente, se concentrou durante muito tempo um outro extracto da fidalguia, no que diz respeito ao Reino, e onde se cruzaram interesses muito variados (nomeadamente os dos senhores locais por oposição aos oficiais da Coroa) no que toca às dioceses ultramarinas. Outro tema que fica a pedir uma intervenção urgente é o da comparação entre o modelo ora definido para a nomeação dos bispos ultramarinos portugueses com o caso do Império Espanhol.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Luís Filipe BARRETO, *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, 410 pp.
ISBN: 972-23-3629-0

Afiando a pena

Quem compulsar as diferentes secções da bibliografia que encerra este *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII* de Luís Filipe Barreto encontrará apenas duas referências a obras anteriormente publicadas pelo autor: o livro *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630* (2000)¹, inserido na bibliografia geral sobre temas da Ásia Oriental e da expansão europeia na Ásia, e o catálogo *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII* (1997)², incluído entre os títulos consagrados a Macau e às relações luso-chinesas. Fica bem a qualquer autor praticar essa tão confuciana virtude que é a modéstia. No entanto, todos aqueles que acompanham a produção historiográfica de Barreto reconhecem, de imediato, que o assunto e o tempo tratados neste livro se filiam numa longa série de escritos seus sobre temas e problemas de história da cultura, os quais têm contribuído para fazer dele um dos mais teóricos historiadores portugueses. Nesta trajectória intelectual, a aproximação ao caso macaense e ao contexto da Ásia Oriental que o enquadra tem sido gradual, mas não menos constante. Por isso mesmo, *Macau: Poder e Saber* impõe-se-nos como um trabalho de maturidade científica, particularmente interessante por ensaiar a articulação entre o que é do domínio da história política e o que pertence ao campo da história cultu-

¹ Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar – Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

² Luís Filipe Barreto, *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Missão de Macau, 1997.